



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DIRETORIA COLEGIADA

CNPJ nº 26.461.699/0001-80

Relatório da Administração - Exercício Social de 2016

I. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab submete à apreciação dos órgãos superiores e demais partes interessadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas.

II. Mensagem da Diretoria

Participar de forma ativa da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento. É esse o objetivo básico que permeia diuturnamente as ações de todos os nossos colaboradores e parceiros, em um compromisso e um dever que nos imana e nos confunde.

O exercício de 2016, 26º aniversário da Conab, foi pontificado pela materialização de ações voltadas ao aprimoramento da gestão estratégica e de governança corporativa, envolvendo o alinhamento entre as estratégias de atuação, os processos de negócios, maior eficiência e eficácia nas ações voltadas à execução das políticas agrícola e de abastecimento, um relacionamento mais estreito com os clientes, parceiros e demais partes interessadas, como também a manutenção de um equilíbrio entre os objetivos priorizados pela alta administração, a delegação e os controles internos.

Tal procedimento gerou intensas transformações no *modus operandi* da Companhia, priorizando soluções logísticas e projetos integrados, e, por consequência, melhores resultados em suas operações. As conquistas alcançadas refletem a estratégia de crescimento baseada na qualidade dos nossos serviços, o que não poderia ser outro o resultado sendo o reconhecimento e a credibilidade, não só junto aos nossos clientes e parceiros, como também no âmbito da sociedade em geral.

Conforme já apregoava o filósofo já no Século V a. C., nada existe em caráter permanente, a não ser a mudança. É essa máxima que nos impulsiona na busca incessante de adaptar a Companhia aos novos tempos e consolidá-la, cada vez mais, como uma empresa estável e organizada, capaz de vencer os desafios do dia-a-dia, buscando novas formas que se revelem mais eficientes sob o ponto de vista econômico, e mais justo quanto aos seus efeitos sociais.

As ações dessa natureza que estão sendo implementadas vêm exigido, naturalmente, uma reapreciação dos padrões administrativos e de comportamento, e isto afeta, muitas vezes, as convicções pessoais, daí o surgimento de resistências em admitir a necessidade de reformas. Entretanto, é preciso que as ideologias e presunções cedam lugar à lógica e à objetividade, dentro de um quadro institucional de harmonia e cooperação, o que pressupõe a observância de um diálogo franco, claro e realista. É o que estamos procurando consolidar.

Embora muitos analistas se arrisquem a tratar da área carente de interseção entre os aspectos econômicos e a fenomenologia político-social, não há como dissociar as variáveis que compõem esses dois conjuntos de questões.

A inter-relação entre os fatos econômicos e as circunstâncias político-sociais fica mais realçada nos processos de mudanças organizacionais. Com efeito, constitui-se na superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cuja modificação envolve, em geral, uma reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo. Em outras palavras, significa uma reapreciação dos padrões administrativos e dos instrumentos de ação, e isso afeta as convicções pessoais e os paradigmas até então prevalentes, razão pela qual é tão difícil admitir a necessidade de reformas.

Relativamente à Conab, a sua própria missão institucional re-

quer a implementação de iniciativas voltadas à eliminação ou mitigação dos problemas estruturais e conjunturais, de forma a adaptar os seus instrumentos de ação às necessidades que se afiguram ao longo do tempo e que trazem em seu bojo desafios na execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Apesar das dificuldades de materialização das medidas requeridas, principalmente pelo próprio conservadorismo da máquina pública, no transcorrer do exercício de 2016 a Companhia buscou intensificar a busca por soluções logísticas e projetos integrados, objetivando proporcionar maior eficiência e eficácia em suas operações. Isso vem a exigir, antes de tudo, uma dose superior de clareza, arrojo e habilidade. Clareza para perceber o sentido das mudanças requeridas, arrojo para influir sobre as tendências na direção correta, e habilidade para conduzir as fases de transição, minimizando as reações de inércia e eventuais resistências.

Todas essas iniciativas vêm requerendo a disseminação e consolidação, no tecido do corpo funcional, de uma visão estratégica, impregnando-se na conduta diária de cada colaborador, dirigentes e dirigidos, até mesmo nos atos mais corriqueiros. Aliás, de nada adianta conceber e implantar as ações estruturantes requeridas se a Companhia não contar com a participação decisiva de todos os seus colaboradores - desde o mais humilde até o mais graduado -, força motriz de qualquer processo de mudança.

Não foi essa senão a iniciativa da direção em priorizar a retomada do planejamento estratégico, tático e operacional, focado na objetividade, instrumentalização, integração, responsabilidade, unidade, flexibilidade, motivação e capacitação. A propósito, uma preocupação foi a de desmistificar um equívoco que, vez ou outra, permeia o dia-a-dia da Companhia, no sentido de considerar a simples implantação do referido instrumental como a panaceia que irá eliminar ou mitigar todas as disfunções no contexto do processo de gestão.

A prioridade também recai na disseminação da ideia de que o planejamento estratégico relaciona-se com objetivos de longo prazo e, naturalmente, sustentados por estratégias de ações consistentes para alcançá-los. Também que não se deve perder de vista que, como bem lembrado por Peter Drucker, o pai da administração moderna, o "planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes".

Mais do que um plano de reformas, somos cientes da necessidade de estabelecer uma doutrina, cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, a fim de que todo o corpo funcional possa a eles hipotecar sua adesão. É dentro dessa linha de pensamento que estamos nos preparando para viabilizar uma consciência coletiva, capaz de controlar o poder, conter os abusos, punir os excessos e prevenir a agonia dos conflitos. Como as demais empresas, a Conab não precisa ser administrada por gênios, mas ser dotada de instrumentos que a tornem menos suscetível aos erros humanos.

A propósito, reconhecemos que a condição *sine qua non* para uma gestão eficiente passa, necessariamente, por uma política de recursos humanos claramente definida, que não enseje interpretações dúbias e, principalmente, que viabilize um clima de harmonia e motivação no tecido do corpo de colaboradores. É por assim entendermos que estamos viabilizando o aprimoramento das ações políticas voltadas à gestão de pessoas. Concomitantemente, a Companhia vem procurando estabelecer maior consistência e objetividade em seu programa de treinamento e capacitação, que efetivamente agregue valor ao potencial de conhecimentos requeridos. Em 2016, foi promovido o treinamento e capacitação de 7.724 colaboradores, em contraposição a 4.982 em 2015, o que representou um crescimento de 55%.

Denoto desse contexto, também está sendo elaborado um pla-

no consistente e capaz de, efetivamente, viabilizar a renovação paulatina da força de trabalho, sem perder de vista que a renovação se faz com o amalgamento entre a experiência dos mais velhos (não em razão da idade ou do tempo de serviço, mas os que aprenderam a aprender, derrubando paradigmas e abertos ao processo de evolução e inovação) e o arrojo e o espírito empreendedor dos mais jovens. O modelo de transição está sendo construído de forma planejada, que preserve o respeito àqueles que dedicaram à Companhia uma parte considerável de suas existências. Nesse sentido, o plano de renovação já repele, a priori, qualquer tentativa de contaminar o processo com o vírus da cultura que o Papa Francisco denomina de cultura da exclusão, do descarte.

Não menos importante é a iniciativa que está sendo materializada, no sentido de promover, com base em análise de processos e atividades, diagnóstico, revisão e racionalização da força de trabalho, como também a elaboração de lotaciogramas para as unidades gestoras da Companhia, de forma a equilibrar o quantitativo de mão-de-obra e o perfil exigido para cada área funcional, consoante às suas competências regimentais.

Ainda no contexto da renovação e adequação da força de trabalho, menciona-se à implantação do Programa de Demissão Voluntária. O PDV deverá ser deflagrado em 2017, estando previsto, para aquele exercício o desligamento de até 1.600 empregados.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, é preciso reconhecer que a Conab, uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, que não se assemelham com as do setor privado. Não é possível simplesmente copiar modelos de empresas privadas, porquanto os mecanismos de competição levam-nas, obrigatoriamente, a manter estruturas funcionais mais enxutas e produtivas, e ainda pelo fato de que, na administração privada, é mais simples cobrar resultados de fácil mensuração.

No rol de iniciativas priorizadas pela direção sob o ponto de vista econômico-financeiro está contemplada a redução seletiva dos dispêndios, principalmente pelo fato de tratar-se de uma empresa dependente e com recursos orçamentários limitados. A propósito, somos plenamente cientes da obrigação da Companhia em contribuir para o equilíbrio fiscal do Governo e ainda levar em conta o congelamento dos gastos governamentais para os próximos vinte anos, conforme definido na Emenda Constitucional 94. Fazer o melhor a um menor custo, esse é o nosso lema.

Essa estratégia vem alcançando resultados satisfatórios, porquanto, sem restringir as ações relacionadas à operacionalização dos diversos programas e projetos, a Companhia registrou um resultado superavitário da ordem de R\$15,1 milhões (antes dos tributos), contra um déficit de R\$7,0 milhões do exercício de 2015.

No que concerne ao desempenho operacional, mais uma vez o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA merece um registro de destaque, por conta, entre outros aspectos, das profundas transformações sócio-econômicas geradas por essa iniciativa estruturante, principalmente no que se refere ao fomento e ao desenvolvimento da agricultura familiar e, em particular, do pequeno agricultor, responsável por um expressivo percentual da produção de alimentos.

A propósito da execução do PAA, cumpre asseverar que a Conab e todos os seus colaboradores sentem-se gratificados em participar dessa iniciativa, ou seja, por melhorar as condições sócio-econômicas de milhões de brasileiros, de pequenos agricultores para quem a vida foi, ao longo de muitos anos, feita apenas, muitas vezes, de esperança.

O programa é operacionalizado por meio dos seguintes instrumentos: a) Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque; b) Compra com Doação Simultânea - CDS; c) Aquisição



de Sementes; d) Compra Institucional e Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF. Cabe mencionar que todas essas operações são suportadas por meio de acordos de cooperação e dos recursos originários do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD.

No exercício de 2016, as operações vinculadas ao PAA demandaram recursos da ordem de R\$197,6 milhões, contemplando 29.318 beneficiários/fornecedores.

Um destaque especial deve ser dado ao Programa denominado Vendas em Balcão, que, no transcorrer de 2016, garantiu a oferta de milho aos pequenos bovinocultores, suinocultores, avicultores, granjeiros, moínhos coloniais e outros pequenos empreendimentos familiares, principalmente na Região Nordeste, que vem enfrentando a pior seca dos últimos 50 anos.

Em 2016, o Programa de Vendas em Balcão atendeu 25.326 criadores de pequeno porte, atingindo 165.358 toneladas de produtos. Mais recentemente, foi aprovada a remoção de 250 mil toneladas de milho para as áreas carentes, sendo 200 mil toneladas para a Região Nordeste.

As ações operacionalizadas pela Companhia e inseridas na política de segurança alimentar e nutricional apresentam-se como iniciativas relevantes, já que estão voltadas ao atendimento dos grupos de menor poder aquisitivo e, por consequência, vulneráveis em termos de deficiências calórico-proteicas, a exemplo dos acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos em igual situação.

Da mesma forma, a distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis constitui-se em uma ação das mais dignificantes, já que procura resgatar da fome essa parcela da população que, como bem definiu um pensador nordestino, se extenuam na subnutrição ou definham na inanição. Matar a fome é mais do que vencer a morte, pois se a morte extingue o corpo e liberta a alma, a fome mata a alma no corpo sobrevivente, e sepulta o espírito nos cérebros atrofiados. Em 2016, foi viabilizada a distribuição de 12.906 toneladas de alimentos a 367.011 famílias.

Cumpra ainda registrar os atendimentos emergenciais realizados pela Companhia às famílias vitimadas por calamidade pública. Em 2016 foram distribuídas 234 toneladas a 11.070 famílias.

Uma outra vertente de atuação da Companhia centrou-se na assistência humanitária internacional, por meio da doação de produtos básicos dos estoques reguladores governamentais a países em vulnerabilidade socioeconômica ou assolados por calamidades públicas. No transcorrer do exercício foram doadas 1.982 toneladas de alimentos.

Mencione-se, ainda, o papel relevante da Companhia na operacionalização dos programas relacionados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, envolvendo a formação, comercialização e escoamento de produtos através de mecanismos de subvenção.

No transcorrer do exercício, as operações de subvenção para o escoamento de produto (Prêmio Pago ao Produtor Rural – PEPRO e Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP) envolveram a contratação de um volume de 444.857 toneladas, cujo valor previsto da subvenção situou-se no patamar de R\$76,9 milhões.

Quanto à comercialização dos estoques públicos, o volume alcançado foi de 930.335 toneladas, envolvendo café, arroz, farinha de mandioca, fécula de mandioca, feijão e milho.

A Companhia, enquanto prestadora de serviços de armazenagem, conta atualmente com uma rede de 94 complexos armazenadores (179 armazéns), com capacidade estática de 2,2 milhões de toneladas. Essa rede destina-se ao atendimento supletivo à iniciativa privada e ao suporte de armazenagem dos estoques públicos e os destinados à distribuição no âmbito dos programas sociais.

Ainda por força da Lei n.º 9.973/2000 (lei de armazenagem) e a regulamentação de que trata o Decreto n.º 3.385/2001, a Conab tem o

seu papel reforçado de forma significativa no contexto do setor armazenador, passando a atuar na capacitação da mão-de-obra, vistoria dos estoques privados, levantamento de informações de estoques privados, e ainda a manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazenadores.

Relativo ao tema informações e conhecimento, cumpre destacar as análises técnicas e os estudos prospectivos e de tendências elaborados pela Companhia, que servem de balizamento para a formulação das políticas de governo, além de subsidiar os agentes envolvidos na cadeia produtiva e de comercialização no contexto da agropecuária e do abastecimento. Entre as inúmeras iniciativas levadas a efeito, cumpre destacar a pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras; levantamento dos custos de produção; pesquisa de estoques privados; desenvolvimento de metodologias para elaboração dos custos de produção, preços recebidos pelos produtores e os praticados no mercado atacista e varejista, estimativa de produtividade, entre outras importantes variáveis disponibilizadas pela Companhia.

Todos os avanços conseguidos ao longo do exercício só foram possíveis por conta do talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento dos nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado, espalhados por todo o Brasil. A todos expressamos a nossa gratidão e o nosso reconhecimento. Acreditamos que o verdadeiro poder de mudança está em alinhar as pessoas de uma corporação numa só direção e com os mesmos interesses e objetivos.

A máxima que vem permeando as ações da Companhia, não só por parte da direção superior, como também de todos os gestores, é que, para superar os desafios que se apresentam no dia-a-dia, devemos procurar nos manter fiéis à tradição dos inovadores, inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e de crítica, como os sábios; corajosos para intervir, nos momentos necessários, nas questões mais prioritárias e essenciais para o redirecionamento da Companhia.

Enfim, crescimento integrado, identidade entre eficiência e eficácia na execução dos programas, equilíbrio econômico-financeiro e responsabilidade social são palavras-chave de nossa estratégia corporativa, atuando de forma transparente e com os olhos atentos e voltados para o futuro que agora estamos construindo.

Aos nossos parceiros e clientes que, ao nos questionar sobre o nosso desempenho, nos desafiam diariamente a superar, cada vez mais, nossas deficiências e melhorar nossos resultados, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro; a todos eles, indistintamente, os nossos agradecimentos.

Aos nossos colaboradores, desde o mais humilde até o mais graduado, e nosso profundo agradecimento e nossa gratidão pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento, no esforço conjunto de construir uma empresa forte e estável que tanto almejamos.

Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelos questionamentos, orientações e fiscalização sobre os atos e fatos da gestão, que nos ajudaram a corrigir rumos e alcançar os resultados alcançados.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, a nossa gratidão pelo decisivo apoio na viabilização dos resultados alcançados em 2016.

A Diretoria

III. A Empresa

1. Sua natureza jurídica

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos da Lei N.º 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional.

2. Sua Missão

A Conab tem como missão institucional “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e a execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

3. Seu objetivo social

Tem por finalidade executar a Política Agrícola, no segmento do abastecimento alimentar, a Política de Garantia de Preços Mínimos e fornecer subsídios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na formulação, no acompanhamento das referidas políticas, e na fixação dos volumes mínimos dos estoques reguladores e estratégicos.

4. Seus objetivos

a) Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

b) Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários.

c) Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.

d) Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

e) Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno.

f) Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – Camex, do Conselho de Governo, e das outras providências.

g) Participar da formulação da política agrícola.

h) Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

IV. Governança Corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho

1. Governança Corporativa

A Conab procura adotar as práticas de governança corporativa, procurando seguir procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões de transparência.

2. Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da Conab contempla o Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal. Também conta com a Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, e sua gestão é também auditada pela CGU e TCU.

2.1. Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão. Conta atualmente com a seguinte composição, de seis membros titulares e seis suplentes:

a) O Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o preside.

b) O Presidente da Conab, que substitui o Presidente em suas ausências e impedimentos.



c) Até três representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

d) Um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.2. Diretoria Colegiada

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão institucional da Companhia, os objetivos estratégicos e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Composta de cinco membros:

a) Presidente;

b) Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização (DIAFI);

c) Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI);

d) Diretoria de Operações e Abastecimento (DIRAB);

e) Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP).

2.3. Conselho Fiscal

Órgão de caráter permanente, de natureza colegiada e com autonomia e prerrogativas fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Tem como principal competência fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Conab e verificar o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários.

Composto de três membros titulares e três suplentes:

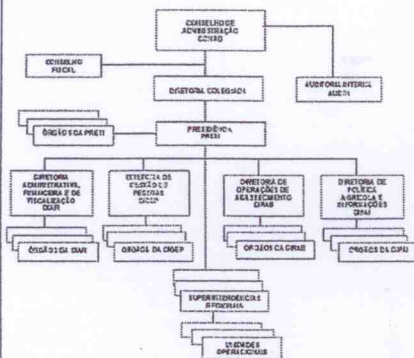
a) Membros designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após aprovação pela Presidência da República.

b) Composto por um representante do Tesouro Nacional e dois representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) Os membros elegerão, entre si, o seu Presidente.

O mandato é de um ano, sendo admitida a recondução.

3. Estrutura Orgânica



4. Força de Trabalho

A Companhia encerrou o exercício com um quadro de 5.071 colaboradores (entre colaboradores do quadro permanente, diretores, requisitados e extra-quadro), em contraposição a 5.021 posicionados

em 31/12/2015, evidenciando um aumento líquido (saldo entre entradas e saídas) de 50 colaboradores.

Planilha 1 - Distribuição da força de trabalho por situação contratual

DESCRIÇÃO	31/12/2016		31/12/2015		VARIACÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
QUADRO PERMANENTE	5.025	99,09	4.977	99,12	48	0,96
Anistiados	2.091	41,23	1.979	39,41	112	5,66
Reintegrados	393	7,75	381	7,59	12	3,15
Outros	2.541	50,11	2.617	52,12	(76)	(2,90)
EXTRA-QUADRO	46	0,91	44	0,88	2	4,55
Membros da Diretoria	3	0,06	5	0,10	(2)	(40,00)
Requisitados	1	0,02	2	0,04	(1)	(50,00)
Contrato Especial	42	0,83	37	0,74	5	13,51
TOTAL	5071	100	5021	100,00	50	1,00

Fonte: Conab

V. Principais indicadores

Planilha 2 - Resultados

RESULTADOS DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ - 16	JAN/DEZ - 15	
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	74.912	38.474	94,71
RESULTADO OPERACIONAL	8.711	(9.933)	(187,70)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES IR E CSSL	15.117	(6.980)	(316,58)
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IR E CSSL	7.684	(11.721)	(165,56)

Fonte: Conab

Planilha 3 - Receitas

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ - 16	JAN/DEZ - 15	
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	949.197	328.482	188,96
RECEITA DE VENDAS	924.911	297.955	210,42
RECEITA DE SERVIÇOS	24.286	30.527	(20,44)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	1.123.131	961.185	16,85

Fonte: Conab

Planilha 4 - Despesas

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ - 16	JAN/DEZ - 15	
DESPESAS OPERACIONAIS	1.189.332	1.009.593	17,80
ENCARGOS	921.992	792.819	16,29
COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	267.340	216.774	23,33

Fonte: Conab

Planilha 5 - Capital circulante líquido

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31/12/2016	31/12/2015	
ATIVO CIRCULANTE	1.544.478	2.443.051	(36,78)

Continua...

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31/12/2016	31/12/2015	
(-) PASSIVO CIRCULANTE	2.064.909	3.022.414	(31,68)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(520.431)	(579.363)	(10,17)

Fonte: Conab

Planilha 6 - Indicadores de liquidez

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31/12/2016	31/12/2015	
LIQUIDEZ GERAL	1,1900	1,1300	5,31
LIQUIDEZ CORRENTE	0,7500	0,8083	(7,21)
LIQUIDEZ SECA	0,2000	0,1779	12,42
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,0600	0,0509	17,88

Fonte: Conab

Planilha 7 - Indicadores de estrutura e endividamento

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31/12/2016	31/12/2015	
PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	5,0841	7,7492	(34,39)
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,9774	0,9997	(2,23)
IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO	0,7031	0,7460	(5,75)

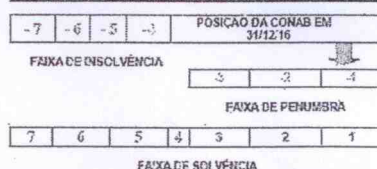
Fonte: Conab

Planilha 8 - Termômetro de insolvência (Modelo de Kanitz)

X1 LL/PL	R\$7.884 mil/R\$395.993 mil	= 0,01991
X2 AC+RLP/PC+ELP	R\$2.223.222 mil/R\$2.112.229 mil	= 1,05255
X3 AC - E/PC	R\$413.037 mil/R\$2.064.909 mil	= 0,20003
X4 AC/PC	R\$1.544.478 mil/R\$2.064.909 mil	= 0,74796
X5 ET/PL	R\$2.112.229 mil/R\$395.993 mil	= 5,33400

FS = X1 x 0,0005 + X2 x 1,6500 + X3 x 3,5500 - X4 x 1,0600 - X5 x 0,3300 = (0,10623)

TERMÔMETRO DE INSOLVÊNCIA



Fonte: Conab

VI. Desempenho Econômico-Financeiro

1. Resultado Econômico

1.1. Demonstração dos resultados

O resultado econômico do exercício de 2016 (antes do IRPJ e C. Social) se traduziu em um *superávit* de R\$15.117 mil, em contraposição a um *deficit* de R\$6.980 mil do exercício anterior, evidenciando uma performance bastante satisfatória.

Analisando os componentes da movimentação econômica, constata-se que a reversão de tendência se deu, principalmente, pelo aumento do Lucro Bruto Operacional (R\$36.437 mil) e de Outras Receitas Operacionais (R\$161.946 mil), neutralizando o aumento de R\$179.739 mil observado nas Despesas Operacionais.



DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO EM R\$ MIL		VARIAÇÃO	
	2016	2015	R\$ MIL	%
Receita Bruta de Vendas e Serviços	949.197	328.482	620.715	188,96
Deduções (ICMS, PASEP, FINSOCIAL, ISS)	71.984	31.965	40.019	125,20
Receita Líquida de Vendas e Serviços	877.213	296.517	580.696	195,84
Custo Líquido das Vendas e Serviços	802.301	258.042	544.259	210,92
Lucro Bruto Operacional	74.912	38.475	36.437	94,70
Despesas Operacionais	1.189.332	1.009.593	179.739	17,80
Pessoal	921.992	792.819	129.173	16,29
Comerciais e Administrativas	267.340	216.774	50.566	23,33
Outras Receitas Operacionais	1.123.131	961.185	161.946	16,85
Resultado Operacional	8.711	(9.933)	18.644	(187,70)
Outros Resultados	6.406	2.953	3.453	116,93
Resultado Antes dos Tributos	15.117	(6.980)	22.097	(316,58)
Imposto de Renda e C. Social	7.433	4.741	2.692	56,78
Resultado Líquido do Exercício	7.684	(11.721)	19.405	(165,56)

Fonte: Conab

1.2. Resultado Bruto Operacional

Constata-se que o Resultado Operacional Bruto apresentou uma expansão bastante acentuada na comparação 2016 versus 2015, saltando do patamar de R\$36.438 mil para R\$74.912 mil (94,71%).

Por outro lado, constata-se que a receita de equalização de preços, que representa o diferencial entre o preço de venda dos produtos comercializados e o custo real, sofreu uma retração de 47,45% (R\$94.852 mil), evidenciando uma recuperação bastante positiva, já que houve uma menor demanda de recursos para a cobertura do déficit apurado na comercialização dos estoques públicos.

Planilha 10 - Formação do resultado operacional Bruto

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO EM R\$ MIL		VARIAÇÃO	
	2016	2015	R\$ MIL	%
Receita bruta de vendas e serviços	949.197	328.482	620.715	188,96
(-) Deduções	71.984	31.965	40.019	125,20
(=) Receita líquida de vendas e serviços	877.213	296.517	580.696	195,84
(-) Custo dos produtos vendidos	907.357	457.951	449.406	98,13
(=) Resultado bruto operacional (parcial)	(30.144)	(161.434)	131.290	(81,33)
(+) Equalização de preços	105.056	199.908	(94.852)	(47,45)
Resultado bruto operacional	74.912	38.474	36.438	94,71

Fonte: Conab

2. Receitas

2.1. Receita Operacional Bruta

De um exercício para outro, a receita operacional bruta experimentou uma expansão de 72,39% a preços correntes, variando de R\$1.061.495 mil para R\$1.829.876 mil. Referido cenário decorreu, principalmente, pela forte expansão ocorrida nas receitas de vendas dos estoques governamentais.

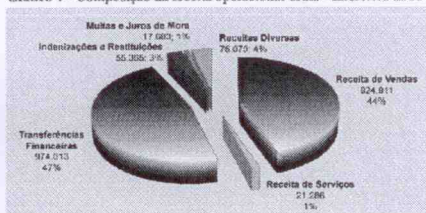
Analisando a composição dos ingressos, constata-se que as receitas de vendas experimentaram uma expansão nominal de 295,47%, variando de R\$190.138 mil para R\$751.932 mil. A propósito, menciona-se que referido indicador deve ser visto apenas como um referencial, porquanto se trata de comercialização de estoques públicos não vinculada às práticas mercantis usuais de mercado. Estão vinculadas, na realidade, aos ditames das políticas aos setores agrícolas e de abastecimento, no que se refere à oferta regular de produtos e inibição de movimentos especulativos, como também a sustentação de preços, daí as bruscas oscilações observadas na série histórica de comercialização dos estoques públicos.

Planilha 11 - Comportamento da receita operacional bruta

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015		VARIAÇÃO	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
DE VENDAS E SERVIÇOS	877.213	45,43	296.517	26,07	580.696	195,84
De Vendas	852.927	44,17	265.990	23,39	586.937	220,66
De Serviços	24.286	1,26	30.527	2,68	(6.241)	(20,44)
OUTRAS RECEITAS	1.053.658	54,57	840.832	73,93	212.826	25,31
Transferências Financeiras	974.013	50,44	797.697	70,14	176.316	22,10
Multas e Juros de Mora	17.683	0,92	18.354	1,61	(671)	(3,66)
Indenizações/Restituições	55.365	2,87	15.859	1,39	39.506	249,11
Receitas Diversas	76.070	3,94	129.275	11,37	(53.205)	(41,16)
TOTAL	1.930.871	100,00	1.137.349	100,00	793.522	69,77

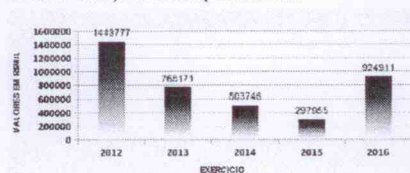
Fonte: Conab

Gráfico 1 - Composição da receita operacional bruta - Exercício 2016



Fonte: Conab

Gráfico 2 - Evolução da receita operacional bruta



Fonte: Conab

3. Despesas

De um exercício para outro, as despesas operacionais experimentaram uma expansão de 17,80% a preços correntes, variando de R\$1.009.593 mil para R\$1.189.332 mil.

O grupo de pessoal responsável por 77,52% do total dos dispêndios experimentou um incremento de 16,29% a preços correntes, saindo do patamar de R\$792.819 mil para R\$921.992 mil.

Planilha 12 - Comportamento das despesas operacionais

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015		VARIAÇÃO
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
Pessoal	921.992	77,52	792.819	78,53	16,29
Comerciais e administrativas	267.340	22,48	216.774	21,47	23,33
Total	1.189.332	100,00	1.009.593	100,00	17,80

Fonte: Conab

Planilha 13 - Composição das despesas com pessoal

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2016		EXERCÍCIO 2015		VARIAÇÃO
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
Remuneração a Pessoal	602.732	65,37	521.629	65,79	15,55
Sentenças Judiciais	53.212	5,77	43.543	5,49	22,21
Obrigações Patronais	211.305	22,92	187.351	23,63	12,79
Contribuição Entidades Fech. Previdência	32.088	3,48	19.141	2,41	67,64
Benefícios a Pessoal	15.235	1,65	13.872	1,75	9,83
Outras Despesas Variáveis P. Civil	7.420	0,80	7.283	0,92	1,88
TOTAL	921.992	100,00	792.819	100,00	16,29

Fonte: Conab

VII. Estrutura e evolução patrimonial

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2015, os valores do Ativo experimentaram, em seu conjunto, um decréscimo nominal de 26,52%, tendo como fator preponderante desse cenário a redução observada nos grupos "Estoques e demais créditos e valores de curto prazo", que atingiu o patamar de 40,52% e 25,22%, respectivamente (em valores monetários, houve redução de R\$905.184 mil).

Em consonância com a própria realidade do setor no qual se insere, a Companhia concentra a sua principal aplicação no Ativo Circulante, que sofreu, de um exercício para outro, uma retração de 36,78% a preços correntes, variando de R\$2.443.051 mil para R\$1.544.478 mil.

Planilha 14 - Estrutura do ativo

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31.12.2016	%	31.12.2015	%
ATIVO CIRCULANTE	1.544.478	61,58	2.443.051	71,57
Disponibilidades	130.700	5,21	166.337	4,87
Aplicações Financeiras	1.299	0,05	1.309	0,04
Limite de Saque com Vinc. Pagto	129.401	5,16	165.028	4,83
Créditos de Curto Prazo	10.446	0,42	10.888	0,32

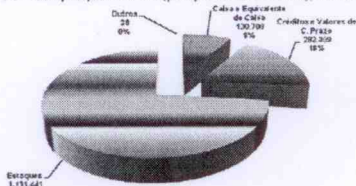
Continua...



DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL				VAR.
	31.12.2016	%	31.12.2015	%	%
Demais Créditos e Valores de C. Prazo	271.863	10,84	363.565	10,65	(25,22)
Adiantamentos Concedidos	18.899	0,75	17.238	0,51	9,64
Tributos a Recuperar/Compensar	188.629	7,52	274.388	8,04	(31,25)
Outros Créditos e Valores de C. Prazo	64.335	2,56	71.959	2,11	(10,57)
Estoques	1.131.441	45,11	1.902.227	55,73	(40,52)
Despesas Antecipadas	28	0,00	34	0,00	(17,65)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	963.744	38,42	970.355	28,43	(0,68)
Realizável a L. Prazo	678.803	27,06	679.324	19,90	(0,08)
Investimentos	34.182	1,36	68.774	2,01	(50,30)
Imobilizado	249.014	9,93	221.830	6,50	12,25
Intangível	1.745	0,07	427	0,01	308,67
TOTAL DO ATIVO	2.508.222	100,00	3.413.406	100,00	(26,52)

Fonte: Conab

Gráfico 3 - Composição do ativo (posição em 31/12/2016), em R\$ mil



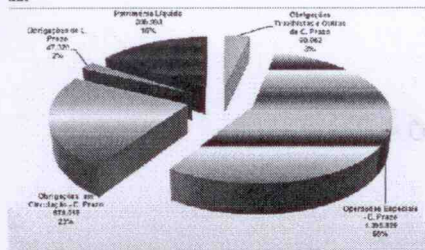
Fonte: Conab

Planilha 15 - Estrutura do passivo

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL				VARIAÇÃO
	31.12.2016	%	31.12.2015	%	%
PASSIVO CIRCULANTE	2.064.909	82,33	3.022.414	88,55	(31,68)
Obrigações Trabalhistas, Prev. e A. Pagar	90.062	3,59	96.669	2,83	(6,83)
Operações Especiais	1.395.829	55,65	2.146.547	62,89	(34,97)
Obrigações em Circulação	579.018	23,08	779.198	22,83	(25,69)
NÃO CIRCULANTE	47.320	1,89	853	0,02	5.447,48
Obrigações Trabalhistas, Prev. e A. Pagar	1	0,00	3	0,00	(66,67)
Provisões de Longo Prazo	46.469	1,85	-	-	-
Demais Obrigações de L. Prazo	850	0,03	850	0,02	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	395.993	16	390.139	11	2
TOTAL DO PASSIVO	2.508.222	100,00	3.413.406	100,00	(26,52)

Fonte: Conab

Gráfico 4 - Composição do passivo (posição em 31/12/2016), em R\$ mil



Fonte: Conab

VIII. Desempenho operacional

Em cumprimento a sua missão institucional e de suas competências estatutárias, na Companhia, no transcorrer do exercício de 2016, foram executados os diversos programas sob sua responsabilidade, cabendo destacar, entre outros, os que se seguem:

1. Na formação dos estoques públicos

Adquirindo produtos por meio das Aquisições do Governo Federal - AGF, pelo preço mínimo estabelecido pelo governo ou oriundos de Contratos de Opção de Venda, que irão compor os Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração dos estoques é realizada pela Conab de forma a manter a regularidade do abastecimento interno e a segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado e garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

2. Na comercialização dos estoques

Vendendo, por meio de pregão eletrônico, os estoques reguladores e estratégicos, levando-se em conta as necessidades de cada região e identificando áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos. Durante o exercício, foram comercializados, via pregão eletrônico, 764.977 toneladas de produtos agrícolas, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$791.628 mil.

Planilha 16 - Comercialização dos estoques públicos via pregão eletrônico 2016

PRODUTO	QUANTIDADE VENDIDA			
	FÍSICA		FINANCEIRA	
	TONELADA	%	R\$ MIL	%
Arroz	73.162	9,56%	66.799	8,44%
Café	53.787	7,03%	442.942	55,95%
Farinha	8.259	1,08%	12.527	1,58%
Fecula	5.346	0,70%	9.512	1,20%
Feijão	6.863	0,90%	10.753	1,36%
Milho	610.560	79,81%	249.050	31,46%
Soja	7.000	0,92%	45	0,01%
TOTAL	764.977	100%	791.628	100,00

Fonte: Conab

3. Programa de Vendas em Balcão

Ainda no que concerne à comercialização dos estoques públicos, a Conab, por meio do Programa intitulado Vendas em Balcão, promove a venda direta de milho dos estoques aos pequenos bovinocultores, suinocultores, avicultores, granjeiros e moinhos coloniais, garantindo a oferta dos estoques governamentais nas respectivas regiões, a um preço que propicie a viabilização desse tipo de empreendimento.

O efeito da pior seca dos últimos 50 anos na Região Nordeste demandou da Conab a intensificação de suas ações na área, fornecendo milho aos pequenos produtores a preços bem inferiores aos de mercado. Por meio de mais de uma centena de polos de atendimento, foram comercializadas 91.260 toneladas de milho, envolvendo o atendimento de 15.563 pequenos produtores cadastrados.

Nas demais regiões, foram comercializadas 74.098 toneladas, atendendo 9.763 pequenos agricultores. No âmbito do Brasil, a comercialização de milho em 2016 atingiu 165.358 toneladas e contemplou 25.326 pequenos agricultores.

Planilha 17 - Comercialização de milho - Programa de Vendas em Balcão - 2016

	QUANTIDADE VENDIDA		CLIENTE ATENDIDOS	
	TONELADA	%	N.º	%
Norte	8.795	5,32	2.654	10,48
Nordeste	91.260	55,19	15.563	61,45
Centro-Oeste	18.672	11,29	2.505	9,89
Sudeste	11.029	6,67	2.250	8,88
Sul	35.602	21,53	2.354	9,29
TOTAL	165.358	100,00	25.326	100,00

Fonte: Conab

4. Movimentação dos estoques públicos

Promovendo o apoio logístico aos produtores e aos diversos programas de abastecimento e armazenamento, no sentido de disponibilizar espaços de estocagem nas zonas de produção para o recebimento de novas safras, posicionando estrategicamente os estoques, com o objetivo de abastecer regiões vítimas de desequilíbrios de mercado e sujeitas a movimentos especulativos. No transcorrer do exercício foram removidas para diversas regiões do País cerca de 403.532,4 toneladas de produtos.

5. Garantia e sustentação de preços

5.1. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

Planilha 18 - PEPRO - Execução no exercício de 2016

PRODUTO	QUANTIDADE ESCOADA		% SOBRE PROD. TOTAL
	VOLUME	R\$ MIL	
Trigo	397.066	68.032	100,00%
TOTAL		68.032	

Fonte: Conab

5.2. Prêmio de Escamento de Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirir produtos diretamente ao produtor ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder o escoamento da safra para a região de consumo. No exercício de 2016 houve em operações de PEP:

Planilha 19 - Operações PEP 2016

PRODUTO	QUANTIDADE (t)	VALOR DO PRÊMIO - R\$ MIL
TRIGO	47.791	8.835
TOTAL	47.791	8.835

Fonte: Conab



5.3. Subvenção aos produtores extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

Planilha 20 - Pagamento da subvenção ao extrativismo - 2016

PRODUTU	PRODUTO/SUBVENÇÃO PAA - R\$ MIL					
	R\$ MIL	%	QUANT. Kg	%	ACES. SOS	%
Babaçu	2.494	60,08%	1.976.160	57,16%	3.466	70,39%
Borracha	983	23,68%	342.409	9,90%	781	15,86%
Mangaba	538	12,96%	743.945	21,52%	545	11,07%
Açaí	55	1,32%	121.133	3,50%	63	1,28%
Pequi	33	0,79%	103.399	2,99%	17	0,35%
Macaúba	31	0,75%	147.812	4,28%	41	0,83%
Cacau	12	0,29%	8.476	0,25%	6	0,12%
Pinhão	3	0,07%	6.000	0,17%	2	0,04%
Umbu	2	0,05%	7.699	0,22%	3	0,06%
TOTAL	4.151	100,00%	3.457.033	100,00%	4.924	100,00%

Fonte: Conab

6. Operacionalização do PAA

Cumprindo a responsabilidade pela execução das ações diretas do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar - PAA, por força de convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA. O PAA constitui-se em uma ação estruturante do Fome Zero, no que se refere ao incentivo e fortalecimento da agricultura familiar, em particular na comercialização, garantindo renda aos produtores familiares e reduzindo os preços dos alimentos. Compreende, também, ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários adquiridos junto ao público-alvo para as populações carentes.

6.1. Compra com doação simultânea

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, a saber: extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

Planilha 21 - Compra direta da agricultura familiar

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS / FORNECEDORES
	TONELADAS	R\$ MIL	
MDS	75.386	183.993	27.826
TOTAL	75.386	183.993	27.826

Fonte: Conab

6.2. Formação dos estoques da agricultura familiar

Sua finalidade é a de formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de "A" a "E" do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público-alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Planilha 22 - Apoio à formação dos estoques pela agricultura familiar 2016

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS / FORNECEDORES
	TONELADAS	R\$ MIL	
MDA	11.594	9.572	1.223
TOTAL	11.594	9.572	1.223

Fonte: Conab

6.3. Aquisição de sementes

Essa modalidade tem como objetivo adquirir sementes de organizações da agricultura familiar para doação a populações tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas), assentados da Reforma Agrária, extrativistas e demais públicos inseridos no Pronaf.

Planilha 23 - Aquisição de sementes - 2016

ORIGEM DOS RECURSOS (PARCERIA)	AQUISIÇÕES NO EXERCÍCIO		N.º BENEFICIÁRIOS / FORNECEDORES
	TONELADAS	R\$ MIL	
MDS	1.139	4.012	269
TOTAL	1.139	4.012	269

Fonte: Conab

Planilha 24 - Resumo da execução do PAA por região - 2016

REGIÃO	N.º DE BENEFICIÁRIOS / FORNECEDORES	QUANTIDADE (t)	VALOR APLICADO	
			R\$ MIL	%
Norte	4.581	12.411,8	27.874	14,11
Nordeste	13.111	32.031,6	88.471	44,78
Sudeste	5.560	20.179,7	41.313	20,91
Sul	3.161	17.071,8	22.731	11,50
C. Oeste	2.905	6.425,3	17.188	8,70
TOTAL	29.318	88.120,2	197.577	100,00

Fonte: Conab

7. Programa de Doação de Alimentos

Inserido no contexto das ações estratégicas do Fome Zero, objetiva contribuir para a erradicação da fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional das populações carentes mediante a garantia à alimentação, não só inicialmente, como também no contexto de pulses com necessidades de ajuda humanitária.

8. Doação de cestas básicas

Visa garantir, de forma regular, um composto de alimentos a grupos populacionais específicos e em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Planilha 25 - Doação de cestas de alimento por região - 2016

CATEGORIA	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS		VOLUME DISTRIBUÍDO	
	N.º	%	t	%
Norte	53.565	14,59%	1.729	13,40%
Nordeste	196.847	53,64%	5.845	45,29%
Centro Oeste	34.039	9,27%	1.069	8,28%
Sudeste	41.401	11,28%	1.804	13,98%
Sul	41.159	11,21%	2.459	19,05%
TOTAL	367.011	100,00	12.906	100,00

Fonte: Conab

9. Doação de produtos da agricultura familiar

Objetiva suplementar a oferta de alimentos a Entidades Públicas e às de interesse social, com atuação direta em ações de segurança

alimentar e nutricional. Os produtos são originários de aquisições da Agricultura Familiar e de saldos remanescentes dos estoques estratégicos.

Planilha 26 - Doação de produtos da agricultura familiar 2016

REGIÃO	QUANTIDADE DOADA	
	t	%
Norte	414	6,50
Nordeste	1.349	21,18
Sudeste	595	9,34
Sul	766	12,03
Centro Oeste	3.245	50,95
TOTAL	6.369	100,00

Fonte: Conab

10. Ajuda humanitária internacional

A Conab participa, de forma ativa, da assistência humanitária, por meio da doação de alimentos dos estoques públicos a países em situação de vulnerabilidade sócio-econômica e de insegurança alimentar, como também em decorrência de calamidades. O volume de doações em 2016 totalizou 1.982 toneladas.

Planilha 27 - Ajuda humanitária internacional 2016

PAÍS	QUANTIDADE DOADA	
	t	%
GAZA/UNRWA	1.982	100,00
TOTAL	1.982	100,00

Fonte: Conab

11. Execução dos serviços de armazenagem

Dispondo de uma rede de 94 complexos armazenadores, com capacidade estática de aproximadamente 2,3 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais.

Além de sua rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns, composto por aproximadamente 17.087 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 157.624,626 toneladas. A Companhia também realiza estudos sobre perdas em armazenagem e disponibiliza informações sobre estoques privados e outras iniciativas de interesse do setor.

12. Fiscalização dos estoques públicos

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2016 contaram com mais de uma centena de fiscais, que realizaram vistoria quantitativa em 793 armazéns, englobando 100% dos estoques públicos, de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques.

O processo de fiscalização vem contribuindo de forma decisiva para a redução dos índices de perdas e inibição de desvios, situando-se atualmente em 1,18% sobre um volume fiscalizado cumulativamente de 5.878.900 de toneladas.

Em 2016 foram intensificadas as ações de fiscalização no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, contemplando 240 projetos, 1.348 produtores e 539 entidades beneficiárias, tendo sido utilizado nessas operações um contingente de 123 fiscais.

Cumpre destacar as inspeções realizadas nas operações de Garantia e Sustentação de Preços envolvendo os instrumentos, entre estes, o PEP, VEP, PEPRO e Subvenção ao Extrativismo, totalizando 2.089 vistorias em propriedades rurais.

Por último, mencionem-se as ações de fiscalização promovidas pela Conab nas operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural. A Resolução nº 10/2006 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR facilita ao Mapa ou à Conab fiscalizar



todas as fases in loco e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro.

As ações executadas pela Conab envolvem, entre outros aspectos, a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos Laudos de Fiscalização em cada propriedade. Em 2016, foram vistoriadas 1.073 propriedades rurais beneficiárias do Prêmio.

13. Organização dos micro e pequenos varejistas

Por meio do programa denominado Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de proporcionar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos um sistema de gestão comercial que lhes propicie a qualificação e a expansão de seu empreendimento mediante suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro, gerando, consequentemente, melhoria do suprimento alimentar às comunidades pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os municípios por conta da formalização e expansão do comércio local.

Planilha 28 - Estrutura da Refap

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	N.º DE VAREJISTAS	CENTRAIS DE NEGÓCIOS	
		FILIADOS	SOB GESTÃO EM FORMAÇÃO
AMAZONAS	19	1	0
BAHIA	34	1	0
CEARÁ	28	2	0
MARANHÃO	20	1	0
PARAÍBA	95	5	0
PERNAMBUCO	142	5	0
PIAUÍ	77	4	0
TOTAL	415	19	0

Fonte: Conab

14. Fomento ao setor de hortigranjeiro

Instituído pela Portaria MAPA nº 171, de 24 de março de 2005, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT tem por finalidade fomentar o desenvolvimento do setor mediante a atuação da Conab junto aos estados e municípios e nos agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.

O objetivo do programa é que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização nas fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, buscando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte, a qualidade dos produtos e a segurança alimentar e nutricional das populações.

Atualmente o PROHORT disponibiliza três ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização nas Centrais de Abastecimento:

a) Preços diários e médios de comercialização dos 48 principais produtos comercializados em 46 mercados atacadistas.

b) Sistema de Informações Setoriais de Comercialização – Siscom, que contém informações sobre a movimentação física e financeira de 58 mercados atacadistas em 19 Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos.

c) Sistema de Informações de Mercados Atacadistas do Bra-

sil – Simab, que disponibiliza informações sobre origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização, com possibilidade de elaboração de gráficos de tendências, mapas e análises de maior profundidade.

Mencione-se que, durante o exercício de 2016, as Centrais de Abastecimento – Ceasas comercializaram aproximadamente 15.100.000 toneladas de produtos hortigranjeiros, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$ 35.300 mil.

15. Pesquisa e avaliação de safras

A Conab realiza sistematicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

Os resultados dessa iniciativa, disponibilizada para toda a sociedade, subsidiam o governo, os agentes econômicos e os consumidores na tomada de decisões, notadamente nas áreas econômica, social, ambiental e política. No transcorrer de 2016, a Conab promoveu a divulgação de doze estimativas de safras.

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras – que abrange a safra de grãos, café, cana de açúcar e laranja –, além do contato direto com os agentes envolvidos, é realizado por meio de geotecnologias e acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo.

Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implantação do Projeto Oeasafra. São levantadas informações relativas à área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas, evolução das culturas desde o preparo do solo até a colheita, tecnologias utilizadas pelos produtores, influências climáticas, entre outras variáveis julgadas relevantes para o setor.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira – integra informações relativas à produção, estoque, rede de armazenagem, via de transportes, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda no contexto do levantamento e avaliação de safras, mencione-se a reavaliação e atualização das metodologias de “Elaboração de Custos de Produção”, “Coleta e Tratamento de Informações sobre Preços” e “Método Estatístico de Estimativa de Produtividade”.

Outros projetos estão sendo elaborados para implementação até 2019, a exemplo da “implantação de um observatório agrícola”, “análise conjuntural e estrutural da produção sob a ótica dos custos de produção” e “inovação do processo de monitoramento de safra”.

16. Disseminação de conhecimentos e informações

O desafio da agricultura, do abastecimento e da segurança alimentar, no contexto do macroprocesso produção – circulação – distribuição – consumo, vem exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento da inteligência nas organizações que lidam com esses segmentos. O desenvolvimento dessa inteligência envolve aspectos de natureza política, ambiental, econômica e social, que sustentam a criação de oportunidades de investimentos produtivos, como também o subsidiam as tomadas de decisões dos agentes públicos e privados.

A formação dessa inteligência deve passar, inexoravelmente, pela coleta, tratamento, análise e divulgação das informações. A continuidade, consistência e transparência dessas variáveis é que proporciona a credibilidade e contribui para o desenvolvimento das instituições e da cidadania.

Essa é uma preocupação manifestada pelos diversos organismos e instituições internacionais, a exemplo da FAO e G20, com os

aspectos qualitativos das informações agrícolas, o que vem a exigir o fortalecimento das instituições responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação das informações e conhecimentos relacionados ao setor agrícola.

A Conab, consoante as suas responsabilidades estatutárias, promove a geração de informações e do conhecimento no âmbito do setor agrícola e do abastecimento. A propósito, cumpre asseverar que a informação agrícola é fator crítico porquanto está relacionado às questões de segurança alimentar sob o ponto de vista nutricional.

Dentro desse contexto, a Companhia promove a coleta, a análise e a divulgação de informações relativas aos setores agrícolas e de abastecimento. Como exemplo, mencione-se a base de dados de quase 11.700 séries de preços de produtos agropecuários, insumos e de índices de produção e de exportação.

A manutenção e disponibilização dessa matriz exige o acompanhamento sistemático das informações e das oscilações de mercado. No contexto de sua política de democratização e transparência, a Conab disponibiliza on-line, em seu sítio, informes sobre preços de insumos, preços mínimos, preços praticados pela Agricultura Familiar e os de apoio ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – PGPAP.

A Conab promove a divulgação, por meio da revista “Indicadores da Agropecuária”, de informações de preços, estimativas de produção, volume de estoques públicos e privados, mercado de insumos agropecuários, comércio internacional, crédito agrícola, entre outras informações relevantes.

Tudo esse trabalho é sustentado por metodologias reconhecidas, de forma a gerar informações e conhecimentos consistentes, isentos e atualizados. A propósito, foi aprimorada, consolidada e implantada a metodologia de pesquisa de preços, objetivando a padronização, atualização e modernização dos métodos de coleta, tratamento e divulgação das informações.

A Conab elabora e divulga informações relativas aos setores agrícolas e de abastecimento, tais como séries históricas de preços de produtos agropecuários e insumos, indicadores econômicos, balança comercial do agronegócio com mais de 2.000 itens da NCM – Nomenclatura de Comércio do MERCOSUL, acompanhamento dos principais produtos exportados e importados, índices de preços recebidos pelos produtores, informações gerenciais sobre os instrumentos de sustentação de preços e de escoamento de produtos, análise conjuntural relativas a diversos produtos no mercado nacional e internacional, entre outros.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2016

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ ANDRADE DA SILVA
Diretor de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora de Política Agrícola e Informações



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2016	2015
CIRCULANTE		1.544.478	2.443.051
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		130.700	166.337
Aplicações Financeiras		1.299	1.309
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		129.401	165.028
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	10.446	10.888
Clientes		10.446	10.888
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	271.863	363.565
Adiantamentos Concedidos	6.1	18.899	17.238
Adiantamentos a Pessoal		8.707	8.284
Adiantamentos a Unidades e Entidades		10.192	8.954
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	188.629	274.388
Créditos Tributários		190.207	275.966
(-) Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	64.335	71.939
ESTOQUES	7	1.131.441	1.902.227
Mercadorias para Revenda		816.988	1.525.796
Materiais em Trânsito		200	735
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		1.900	1.673
Compra Antecipada - Entrega Futura		312.353	374.023
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		28	34
Despesas Antecipadas		28	34
NÃO CIRCULANTE		963.744	970.355
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		678.803	679.324
Créditos a Longo Prazo	8	2.298	2.633
Clientes	8.1	2.298	2.633
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.298	2.633
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	676.505	676.691
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		6	4
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		130.178	130.815
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		546.321	545.872
INVESTIMENTOS		34.182	68.774
Participações Permanentes		27.755	27.803
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		35.567	35.850
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(7.812)	(8.047)
Propriedades para Investimento		4.605	37.843
Bens Imóveis não Destinados a Uso		4.850	42.321
(-) Depreciação Acum. Investimentos - Cons. Propriedade		(245)	(4.478)
Demais Investimentos Permanentes		1.822	3.128
Demais Investimentos Permanentes		1.822	3.128
IMOBILIZADO		249.014	221.830
Bens Móveis		26.093	28.408
Bens Imóveis		105.839	106.252
(-) Depreciações		(79.746)	(77.844)
Bens Imóveis		222.921	193.422
Bens Imóveis		408.471	364.273
(-) Depreciações		(185.550)	(170.851)
INTANGÍVEL		1.745	427
TOTAL		2.508.222	3.413.406

Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2016	2015
CIRCULANTE	9	2.064.909	3.022.414
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	90.062	96.669
Pessoal a Pagar		59.807	53.147
Encargos Sociais a Pagar		30.255	43.522
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.5	1.395.829	2.146.547
Operações Especiais		1.395.829	2.146.547
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		579.018	779.198
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.2	62.995	46.048
Fornecedores Nacionais		2.005	8.392
Contas a Pagar Credores Nacionais		60.990	37.656
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.6	8.569	6.053
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		8.569	6.053
Provisões de Curto Prazo	9.3	134.686	181.155
Outras Provisões a Curto Prazo		134.686	181.155
Demais Obrigações a Curto Prazo		372.768	545.942
Adiantamentos de Clientes	9.8	1.046	13.318
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP a Pagar	9.7	1.830	0
Consignações	9.8	5.630	14.419
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	6.729	12.905
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	39	15
Diários a Pagar	9.8	15	18
Entidades Credoras	9.4	352.800	481.847
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	3.784	3.839
Valores em Trânsito Exigíveis	9.8	1	5
Subvenções a Pagar	9.8	894	2.254
Valores Diferidos	9.8	0	17.322
NÃO - CIRCULANTE		47.320	853
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		1	3
Pessoal a Pagar		1	3
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	46.469	0
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		46.469	0
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		850	850
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Obrigações com Entidades Federais		128	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		395.993	390.139
Capital	12	302.801	302.801
RESERVAS		93.192	87.338
Reservas de Lucros		93.192	87.338
TOTAL		2.508.222	3.413.406

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2016	2015
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.1	949.197	328.481
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		924.911	297.954
Vendas Estoques Estratégicos		751.932	190.136
Vendas Estoques Reguladores-PPGM		172.979	107.818
RECEITA DE SERVIÇOS		24.286	30.527
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		24.286	30.527
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	15.2	71.984	31.965
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		877.213	296.516
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	15.3	907.357	457.950
CMV - Estoques Reguladores - PGP/MO		907.357	457.950
(-)EQUILIBRAÇÃO DE PREÇOS	7.1	(105.056)	(199.908)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	15.4	74.912	38.474
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	15.5	1.189.332	1.009.592
(-)DESPESAS DE PESSOAL		921.992	792.818
Remuneração a Pessoal		602.732	521.629
Sentenças Judiciais		53.212	43.543
Obrigações Patronais		211.305	187.351
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		32.089	19.141
Benefícios a Pessoal		15.234	13.871
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		7.420	7.283
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		267.340	216.774
Despesas/Receitas Financeiras		(165)	(134)
Consumo de Materiais		4.607	5.896
Diárias		4.284	6.127
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.379	2.367
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		202.377	180.992
Obrigações Tributárias e Contributivas		33.008	13.024
Outras Despesas Operacionais		20.850	8.502
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	15.6	1.123.131	961.185
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		974.013	797.698
Multas e Juros de Mora		17.683	18.354
Indenizações e Restituições		55.365	15.858
Receitas Diversas		76.070	129.275
RESULTADO OPERACIONAL		8.711	(9.933)
(+) OUTROS RESULTADOS		6.406	2.953
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS		2.785	2.458
Alienação de Bens Móveis		31	69
Alienação de Bens Imóveis		2.754	2.389
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		(305)	(262)
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		3.926	757
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		15.117	(6.980)
Imposto de Renda a Recolher		5.429	3.462
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		2.004	1.279
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	7.684	(11.721)
LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO		4,13	(6,30)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.684	(11.721)
Outros Componentes do Resultado Abrangente	18	0	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.684	(11.721)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2016	%	2015	%
1. RECEITAS	955.595	91,48	331.393	39,61
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	949.189	90,87	328.437	39,26
1.2 - Outros Resultados	6.406	0,61	2.953	0,35
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.015.354	97,20	437.720	52,32
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	802.301	76,80	258.043	30,84
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	213.053	20,40	179.677	21,48
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(59.759)	(5,72)	(106.330)	(12,71)
4. RETENÇÕES	18.942	1,81	18.337	2,19
4.1 - Depreciação e Amortização	18.942	1,81	18.337	2,19
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(78.701)	(7,53)	(124.667)	(14,90)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.123.296	107,53	961.319	114,90
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	1.123.296	107,53	961.319	114,90
7. VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIR (5+6)	1.044.595	100,00	836.652	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.044.595	100,00	836.652	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	922.000	88,26	792.818	94,76
Total	922.000	88,26	792.818	94,76
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	112.417	10,76	49.685	5,94
Total	112.417	10,76	49.685	5,94
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	2.494	0,24	5.869	0,70
Total	2.494	0,24	5.869	0,70
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	1.830	0,18	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	5.854	0,56	(11.721)	(1,40)
Total	7.684	0,74	(11.721)	(1,40)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		15.117	(6.980)
Disponibilidades liq. Aplic. nas atividades operacionais		(44.258)	54.516
Depreciações e Amortizações		18.942	17.151
(-) Lucro na Alienação de Bens		(2.785)	0
Doações de Bens Patrimoniais		(3.619)	(470)
Redução Valor Recuperável de Investimentos		49	0
Redução (Aumento) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		(9.390)	37.005
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários		85.552	(40.468)
Redução (Aumento) nos Encargos Sociais a Pagar		(13.268)	12.942
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		5.012	117
Redução nas Despesas Antecipadas		6	9
Aumento nas Operações Especiais e Estoques		20.069	71.320
Aumento nas Consignações e Fornecedores		8.158	14.077
Redução (Aumento) nos Depósitos e Cauções		(6.176)	3.369
Redução nas Provisões		0	46.469
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.711)	(3.522)
Redução nas Entidades Credoras		(129.102)	(96.149)
Redução nos Adiantamentos de Clientes		(12.272)	(18.240)
Redução nos Recursos Vinculados		637	8.652
Redução (Aumento) nas Subvenções a Pagar		(1.360)	2.254
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.1	(29.141)	47.536
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Desincorporação de Outros Investimentos		878	(1.842)
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(7.374)	(43.540)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	14.2	(6.496)	(45.382)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		0	(1.360)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		0,00	(1.360)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		(35.637)	794
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	14.3	(35.637)	794
No Início do Exercício		166.337	165.543
No Fim do Exercício		130.700	166.337



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital realizado (em R\$ mil)	Reserva legal	Reserva de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDO EM 01/01/2015	302.801	18.812	80.247	0	401.860
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(11.721)	(11.721)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(11.721)	11.721	0,00
SALDO EM 31/12/2015	302.801	18.812	68.526	0	390.139
LUCRO DO EXERCÍCIO				7.684	7.684
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			5.470	(5.470)	0,00
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL		384		(384)	0,00
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO				(1.830)	(1.830)
SALDO EM 31/12/2016	302.801	19.196	73.996	0	395.993

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Contingências Compromissos e Responsabilidades
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
03	Alterações na Legislação Societária	15	Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Demonstração do Valor Adicionado - DVA
05	Créditos a Curto Prazo	17	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
07	Estoques	19	Diversos Responsáveis em Apuração
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	20	Restos a Pagar Programado
09	Endividamento	21	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
11	Resultado Líquido do Exercício	23	Termos de Execução Descentralizada - TED
12	Patrimônio Líquido		

Nota 1 - Contexto Operacional

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 94 complexos armazenadores, destina-

dos à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis com a utilização de contas padronizadas e, assim, proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Por força da Instrução Normativa - INT/UC nº 63, de 01/09/2010 e em consonância com as Decisões Normativas - DN/TCU nº 154, de 19/10/2016 e DN/TCU nº 156, de 30/11/2016, a Conab apresentará o relatório de gestão e informações suplementares, referentes a prestação de contas do exercício de 2016, cujas contas serão julgadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3 - Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar

a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)".

Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos em 2017, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Execução Descentralizada, e também aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobre taxa da Conab da 2ª quinzena de dezembro de 2016, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobre taxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos à legislação específica.



4.5. Almostrado: os estoques estão avaliados no custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$7.812 mil (R\$8.047 mil, em 31 de dezembro de 2015), destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8. Imobilizado: está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, no exercício de 2016, não foi efetuado o teste de recuperabilidade dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição deles, decorrente de ajuste patrimonial.

4.10. Reconhecimento da Receita:

4.10.1. Apuração do Resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado. Por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringem-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, devidamente mensurados.

4.11. Provisões para Contingências: encontra-se, provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$134.686 mil. Refere-se às Contingências Provisórias, vinculadas a processos judiciais, consideradas como sendo do futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Consultoria Jurídica – COJUR, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009 e normatizado pela Resolução CFC Nº 1.180/2009.

O saldo existente é composto pelas Provisões para Contingências Trabalhistas, que, agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as possíveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2017.

Encontra-se também, provisionado no Passivo Não Circulante, o valor de R\$46.469 mil para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

4.12. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 - Créditos a Curto Prazo

5.1. Clientes: o saldo da conta está representado pelo montante de R\$10.446 mil (R\$10.888 mil em 31 de dezembro de 2015), corres-

pondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagens e aluguel.

Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O total de R\$271.863 mil, em 31 de dezembro de 2016 (R\$363.565 mil em 31 de dezembro de 2015), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo.

6.1. Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$18.899 mil, em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.238 mil em 31 de dezembro de 2015), corresponde aos adiantamentos de férias, décimo terceiro salário, suprimento de fundos, para viagens e, também, ao Banco do Brasil S/A, referente ao contrato número 30/2013, com a finalidade de realizar construções e reformas em armazéns, conforme quadro a seguir:

Tabela 1 - Adiantamentos Concedidos - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Adiantamentos a Pessoal	8.707	8.284
Adiantamentos a Unidades e Entidades	10.192	8.954
Total	18.899	17.238

Fonte: Conab.

6.2. Tributos a Recuperar/Compensar: representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 2 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
ICMS a Compensar	188.568	274.335
IRRF a Compensar	35	29
Contribuições e Outros Impostos	26	24
Total de Créditos Tributários Circulante	188.629	274.388

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$64.335 mil, em 31 de dezembro de 2016 (R\$71.939 mil em 31 de dezembro de 2015), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, com maior relevância para os Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, relativos à participação dos empregados, a serem reembolsados à Companhia, referentes a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber por Alienação de Bens, Créditos por Infrações Legal/Contratual, de processos de perdas de produtos, ajustados e Outros.

Tabela 3 - Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Créditos por Cessão de Pessoal	235	295
Créditos por Alienação	12.287	6.016
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	26.353	23.839
Recursos da União	0,00	22.589
Créditos Parcelados	1.108	666
Créditos por Infrações Legal/Contratual	24.350	18.522
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	2	12
Total	64.335	71.939

Fonte: Conab.

Nota 7 - Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos da Agricultura Familiar (adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF), produtos para doação – Brasil sem Miséria e, ainda, adiantamentos para as modalidades Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e Compra com Doação Simultânea – CDS.

O total de R\$312.353 mil (R\$374.023 mil em 31 de dezembro de 2015) representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas da Agricultura Familiar nos exercícios anteriores e no exercício de 2016, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAE, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira.

Em 31 de dezembro de 2016, os estoques apresentam a seguinte composição:

Tabela 4 - Estoques - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Estoques de Mercadorias	816.988	1.525.796
Materiais em Trânsito	200	735
Almostrado e Estoques para Distribuição	1.900	1.673
Compra Antecipada - CPR	312.353	374.023
Total	1.131.441	1.902.227

Fonte: Conab.

7.1. - Equalização de Preços

Em 31 de dezembro de 2016, o total da Equalização de Preços alcançou o montante de R\$ 105.056 mil (R\$199.908 mil em 31 de dezembro de 2015). Embora o total das vendas tenha sido superior ao do exercício anterior, a redução da equalização ocorreu em razão da venda de alguns produtos com resultados superavaliados (café e outros). No exercício de 2016, houve venda de produtos de safras mais novas, com agregação de menos despesas com manutenção dos estoques. Com isso, consequentemente, os custos foram menores.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, é totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tomando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo também as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit. Este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MA/PA 38/2004 estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, hoje disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1. Clientes: em 31 de dezembro/2016, o saldo da conta foi de R\$2.298 mil (R\$2.633 mil em 31 de dezembro de 2015), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços, e apresenta a seguinte composição:



Tabela 5 - Clientes - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Clientes	2.298	2.633
Total	2.298	2.633

Fonte: Conab.

8.2. Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo: o saldo de R\$676.505 mil, em 31 de dezembro/2016 (R\$676.691 mil em 31 de dezembro de 2015), está composto pelos valores citados no quadro abaixo:

Tabela 6 - Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	6	4
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	130.178	130.815
Créditos por Alienação de Bens	44.820	49.217
Créd. a Rec. por Ac. fin./Serv. e Ex-Servidores	588	625
Outros Créditos	66	68
Duplicatas e Títulos em Contencioso	155	271
Créditos Parcelados	6.719	7.167
Créditos a Receber em Poder da Justiça	840	923
Títulos a Receber	228	286
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	489.411	486.975
Créditos por Infração Legal Contratual	3.494	340
Total	676.505	676.691

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial.

Quanto aos depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis, e os recursos financeiros arrecadados são transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 038/2004.

Nota 9 - Endividamento

Até o mês de dezembro/2016, as obrigações do circulante totalizaram o montante de R\$2.064.909 mil (R\$3.022.414 mil em 31 de dezembro de 2015), com a seguinte composição:

9.1. Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$90.062 mil (R\$96.669 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se, quase na totalidade, aos valores provisionados para pagamento de férias e encargos sociais sobre a provisão de férias.

9.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$62.995 mil (R\$46.048 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se à liquidação de despesas com fornecedores, referentes a aquisições de produtos e CPR Alimentos, Subvenção a Pagar do Prêmio Equalizador a ser repassado ao Produtor - PEPRO e outros, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.3. Provisões

O total de R\$134.686 mil (R\$181.155 mil em 31 de dezembro de 2015) representa os valores provisionados como contingências prováveis para cobrir as liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas) (Vide Nota 4.11).

9.4. Entidades Credoras

O total de R\$352.800 mil (R\$481.847 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, garantidos pelos estoques e Cédula do Produtor Rural - CPR.

9.5. Operações Especiais

O total de R\$1.395.829 mil (R\$2.146.547 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao registro dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recuperação dos créditos.

9.6. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$8.569 mil (R\$6.053 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, demonstradas a seguir:

9.6.1. IRPJ e CSLL a Pagar

No 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2016, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, para o IRPJ o valor de R\$5.429 mil e para a CSLL o valor de R\$2.004 mil.

Tabela 7 - IRPJ e CSLL a pagar - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
IRPJ a Recolher	5.429	3.462
CSLL a Recolher	2.004	1.279
Total	7.433	4.741

Fonte: Conab.

9.6.2. Demais Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios

O total de R\$1.136 mil (R\$1.312 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, relativas a COFINS a Recolher, PIS/PASEP a Recolher, ISS a Recolher e Outras, demonstradas a seguir:

Tabela 8 - Demais Obrigações Fiscais com a União Estados e Municípios - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
COFINS a Recolher	921	1.060
PIS/PASEP a Recolher	200	230
Recursos Fiscais Darf a Emitir	2	1
ICMS a Recolher	0	1
Outros Trib. e Contribuições Estaduais	0	1
ISS a Recolher	13	19
Total	1.136	1.312

Fonte: Conab.

9.7. Juros Sobre o Capital Próprio

Foi apurado juros sobre o capital próprio, no período do 4º trimestre/2016, o qual tem sua natureza como Despesa Financeira. A Companhia é obrigada a utilizar o sistema e as regras fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que não prevêem possibilidade

de registro no resultado após o encerramento do exercício.

Devido a este fato, foi feita a classificação direta na Conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados no valor de R\$1.830 mil, o que proporcionou benefício fiscal de R\$428 mil.

9.8. Outras Obrigações

O total de R\$18.138 mil (R\$64.095 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções, adiantamentos recebidos de clientes e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 9 - Demais Obrigações Fiscais com a União Estados e Municípios - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Adiantamentos de Clientes	1.046	13.318
Consignações	5.630	14.419
Depósitos e Cauções Recebidos	6.729	12.905
Indenizações, Restituições e Compensações	39	15
Diários a Pagar	15	18
Entidades Credoras - Estados, DF e Municípios	3.784	3.839
Valores em Trânsito Exigíveis	1	5
Subvenções a Pagar	894	2.254
Valores Diferidos	0	17.322
Total	18.138	64.095

Fonte: Conab.

Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$46.469 mil representa os valores provisionados para cobrir possíveis pagamentos de débitos fiscais, referentes a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, nos estados de Mato Grosso e São Paulo (Vide Nota 4.11).

Nota 11 - Resultado líquido do exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da Companhia, representadas com maior relevância as receitas de prestação de serviços de armazenagem e aluguel, incorporações de bens recebidos por doações, alienação de bens móveis e imóveis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida às despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, despesas de provisões de férias e encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado líquido do exercício. No exercício de 2016, a companhia apurou o resultado líquido de R\$7.684 mil (R\$11.721 mil em 31 de dezembro de 2015).

Nota 12 - Patrimônio Líquido

12.1. Capital Social: o Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2. Reserva Legal: de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404/76, em 31 de dezembro/2016, foi constituída a reserva legal no valor de R\$384 mil.

12.3. Reservas de Lucros para Expansão: em 31 de dezembro de 2016, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$5.470 mil, nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 13 - Contingências, compromissos e responsabilidades

13.1. Passivo Contingente - Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:



a) Trabalhistas: referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporações de funções gratificadas e outros.

b) Tributárias: decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

As Contingências Passivas - Prováveis foram reconhecidas como provisão, conforme informação jurídica, de acordo com os desfechos desfavoráveis dos processos, que provavelmente irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009, normatizado pela Resolução CFC Nº 1.180/2009.

As provisões demonstradas no quadro a seguir para os exercícios de 2016 e 2015 não sofreram alterações, pois são suficientes para cobrir prováveis desembolsos no exercício de 2017. No exercício de 2016, os desembolsos com Sentenças Judiciais alcançou o montante de R\$53.212 mil (43.543 mil em 31 de dezembro de 2015). Os recursos orçamentários/financeiros que honraram os referidos desembolsos foram repassados à Conab pelo Órgão Superior/MAPEA.

Tabela 10 - Passivo Contingente - Provável - em R\$mil

Descrição	Valor do Provável Desembolso	
	2016	2015
Trabalhista	134.686	134.686
Tributária	46.469	46.469
Total	181.155	181.155

Fonte: Conab.

13.2. Passivo Contingente - Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas - Prováveis. São compostas das seguintes ações:

a) Cíveis: são representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas às cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

b) Trabalhistas: são ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cíbrins, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

c) Tributárias: são decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Tabela 11 - Passivo Contingente - Possível - em R\$mil

Descrição	Valor do Possível Desembolso	
	2016	2015
Cível	246.267	208.914
Trabalhista	26.546	56.017
Tributária	544.803	544.803
Total	817.616	809.734

Fonte: Conab.

Nota 14 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e Pronunciamento Contábil CPC nº 03/2008, a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, pelo método indireto.

14.1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: em 31

de dezembro de 2016, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais apresentou o saldo negativo de R\$29.141 mil (R\$47.536 mil em 31 de dezembro de 2015), representado pelo resultado das variações apresentadas no exercício das principais atividades da Conab.

14.2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: o valor negativo de R\$6.496 mil (R\$45.382 mil em 31 de dezembro de 2015), apresentado em 31 de dezembro de 2016, representa aplicações no imobilizado, intangível e investimentos.

14.3. Variação nas Disponibilidades: o valor negativo de R\$35.637 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$794 mil em 31 de dezembro de 2015) refere-se a variação das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Nota 15 - Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

15.1. Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, dos estoques Mercado de Opção - MO, das receitas com armazenagem de produtos de terceiros e outras, assim demonstradas:

Tabela 12 - Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Vendas Estoques Estratégicos	751.932	190.136
Vendas Estoques Reguladores - PGPM	172.979	107.818
Serviços de Armazenagem e Outros	24.286	30.527
Total	949.197	328.481

Fonte: Conab.

15.2. Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram de R\$71.984 mil e R\$31.965 mil, respectivamente.

15.3. Custo das Mercadorias Vendidas

Representam as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 13 - Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	907.357	457.950
Total	907.357	457.950

Fonte: Conab.

15.4. Lucro Bruto Operacional

Em 31 de dezembro de 2016, o Lucro Bruto Operacional apresentou o saldo de R\$74.912 mil (R\$38.474 mil em 31 de dezembro de 2015), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas - CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

15.5. Despesas Operacionais

Compreendem as despesas realizadas com os gastos necessários para manutenção da atividade da Conab, incluindo as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, apresentando a seguinte composição:

Tabela 14 - Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Despesas de Pessoal	921.992	792.818
Despesas Comerciais e Administrativas	267.340	216.774
Total	1.189.332	1.009.592

Fonte: Conab.

15.6. Receitas Operacionais Diversas

Esse grupo representa as receitas decorrentes das operações normais da Conab, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e dos estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada - TED, conforme segue:

Tabela 15 - Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Receitas Operacionais Diversas	1.123.131	961.185
Total	1.123.131	961.185

Fonte: Conab.

Nota 16 - Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com o CPC 09, de 30/10/2008, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas - receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços, incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 17 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) e demonstra as modificações ocorridas no exercício, em todas as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Nota 18 - Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente - DRA foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), item 14, e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 19 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas "Controles Devedores" os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso, Pará e Paraná.



e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal - AGE, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2016, com os novos registros, o saldo do grupo 7.9.7.3.1.00.00 - Diversos Responsáveis em Apuração, passou para R\$75.395 mil.

Tabela 16 - Diversos responsáveis em apuração

Exercício	Saldo
2015	72.737
2016	75.395

Fonte: Conab.

Nota 20 - Restos a Pagar Programado

O montante de 290.683 mil, referente a recursos a receber registrado no grupo de contas "Controles Credores", está assim representado:

20.1. Recursos a Receber por Transferências - Termo de Execução Descentralizada - TED

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 - item 6.3 - Encerramento do Exercício, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, foi registrado o total de R\$79.832 mil relativo aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab e outros órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente para pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, com a seguinte composição:

a) R\$890 mil a ser repassado pela Unidade Orçamentária e Financeira, para pagamento de Prêmio Equalizador pago ao Produtor - PEPRO.

b) R\$10.232 mil a serem repassados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MDSA, para aquisição de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.

c) R\$68.064 mil a serem repassados pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/MDSA, para aquisição e doações de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.

d) R\$70 mil a serem repassados pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE, para fiscalização dos estoques.

e) R\$129 mil a serem repassados pela Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA para fiscalização do programa de subvenção ao prêmio do seguro rural.

f) R\$447 mil a serem repassados pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - MMA para atender o Termo de Execução Descentralizada.

20.2. Recursos a Receber para Pagamento de RP - Inscrição

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 - item 6.3 - Encerramento do Exercício, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, foi registrado o total de R\$210.851 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

a) R\$146.359 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2016, decorrentes de despesas de custeio, despesas do MDSA e construções e reformas de unidades armazenadoras, conforme contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. a pagar no exercício seguinte;

b) R\$28.341 mil referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2017, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios

anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

c) R\$36.151 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2017.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na conta "82224 01.02 - Restos a Pagar Autorizado a Programar na UG 135100.

Nota 21 - Benefícios Concedidos aos Empregados**21.1. Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivos administrar plano de benefício de caráter previdenciário, propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro; assegurar a sua família proteção em caso de falecimento; além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios - CNPB, sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora Principal, e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2016, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado, bem como a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida - BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab, a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - SEST, e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, estando em fase de análise e aprovação pela Advocacia Geral da União, nos seus aspectos jurídicos, para posterior encaminhamento, objetivando a alocação dos recursos orçamentários, para fazer face à parte que compete à Patrocinadora Conab. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais, serão procedidos os devidos registros contábeis.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

21.2. Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde - SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Te-

souro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a fixação salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2015/2016, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2016, a Conab gastou com o Serviço de Assistência à Saúde - SAS o montante de R\$40.619 mil, beneficiando os empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2016, referente à participação financeira dos empregados, é de R\$26.428 mil.

Nota 22 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2015 e 2016, as remunerações dos dirigentes e empregados foram as seguintes:

Tabela 15 - Maior e menor remuneração

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	28.910,11
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	28.910,11
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	1.779,37	1.491,59

Fonte: Conab.

Tabela 16 - Salário Médios

Descrição	Exercício	
	2016	2015
Dirigentes	30.355,62	28.910,11
Empregados	5.066,32	4.481,28

Fonte: Conab.

Nota 22 - Termos de Execução Descentralizada - TED**Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

A Companhia, por força dos Termos de Execução Descentralizada - TED, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, atendeu 477 municípios e 29.318 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 88 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadraram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e na formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008, e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$197.576 mil no ano de 2016.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2016

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ DE ANDRADE DA SILVA
Diretor de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretor de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Exercício 2016

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, levantado em 31.12.2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e do fluxo de caixa. Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).
2. As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.
3. Os exames específicos (auditorias de avaliação da gestão) abrangeram as Superintendências Regionais de Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e a Matriz, o que corresponde a uma amostra significativa de 22% das Unidades Jurisdicionadas. As análises se basearam nas normas de auditoria interna e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia.
4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, sem embargo a que sejam adotadas as providências destacadas nos itens 5 e 6.
5. A Companhia deverá interagir com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, no sentido de adotar sistemática contábil para que o registro das receitas oriundas dos repasses feitos por aquela Secretaria para a efetivação dos recolhimentos dos encargos patronais, incidentes sobre a folha de pagamento, sejam reconhecidas pelo regime de competência.
6. A administração da Conab deverá adotar ações efetivas no sentido de sanar as disfunções constantes nos relatórios de auditoria específicos, em conformidade com o disposto na Norma da Organização 10.501 - Gestão de Recomendação da Auditoria Interna.

Brasília, 15 de março de 2017

Maria do Socorro Ferreira da Silva Lopes
Auditora Interna
CRC/DF n.º 6046/O-6

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF 018584/O-7

Zilda Enlira Reis Pacheco da Silva
Auditora Interna
CRC/DF n.º 7417/O-0

Geraldo Majela Roberto Alves Júnior
Auditor Interno
CRC/DF 21507/O-0

Oswaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira
Auditora Interna
CRC/PB n.º 10834/O-4

Rafael George Fontana
Auditor Interno
CRC/DF n.º 23968/O-6

Daniel Santana Abreu
Gerente de Auditoria
CRC/GO n.º 021732/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
CNPJ(MF) 26.461.699/0001-80

Opinião com Ressalva.

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Considerando que a contratação da auditoria independente deu-se após a contagem oficial do estoque ao final de 2016 (em final de janeiro de 2017), não houve, portanto, condições de acompanhar a contagem dos estoques da Companhia, que são relevantes e materiais. Por outro lado, considerando também, que os controles são descentralizados e em virtude das longas distâncias entre os vários pontos de armazenagem espalhados por todo o país, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos para validar a contagem dos estoques. Também não evidenciamos procedimentos de acompanhamento de contagem de estoque pela Auditoria Interna da Companhia.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.2, em 31

de dezembro de 2016, a Companhia responde a processos judiciais, e em função disso possui registrado no ativo não circulante Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no montante de R\$ 130.178 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Também está registrado na Conta Créditos a Receber Pendentes de decisão judicial o montante de R\$ 489.411 mil, pertencentes aos estoques públicos, os quais poderão apresentar desfechos favoráveis e desfavoráveis à Companhia. Não foi apresentado Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da Companhia, que pudesse evidenciar a evolução de tais depósitos e dos passivos, assim como as medidas de natureza jurídica adotadas.

3. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução no valor de recuperação do ativo imobilizado (impairment), e apresenta um saldo em 31/12/2016 de R\$ 249.014 mil, e no investimento o valor de R\$ 34.182 mil. Devido ao exposto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.

4. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS. Conforme Nota Explicativa nº 21.1, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, referente ao saldamento do plano de seguridade da Companhia. A CIBRIUS nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2015 contabilizou uma provisão a receber da Conab um montante de R\$ 695.142 mil. E tal contingência não foi provisionada nas Demonstrações Contábeis da Conab.

5. Com base nas informações fornecidas pela administração da Conab e o descrito na nota explicativa nº 13, não foi possível evidenciar a base de mensuração das Contingências Passivas no montante de R\$ 181.155 mil permanecendo inalterado a provisão em 31/12/2015. A administração da Conab não apresentou relatório e/ou parecer da Procuradoria Geral da Companhia com a evolução de cada processo que pudesse evidenciar as contingências judiciais consideradas de perdas prováveis, possíveis e remotas, impossibilitando a avaliação da adequação dessas contingências e seus eventuais efeitos, constituindo-se em limitação de nossos exames.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Conab tem missão institucional de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento da União (Governo Federal), e recebe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento montantes para o pagamento das contas a pagar (Nota Explicativa nº 1), e é integrante do Orçamento Geral da União, portanto a Companhia é uma empresa pública dependente. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

a) Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do Valor Adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos procedimentos de au-



As demonstrações em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se as demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Contábeis individuais tomadas em conjunto.

b) Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de fevereiro de 2016, que não envolve qualquer modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compoem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, no fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos depósitos judiciais, ativo imobilizado, saldamento do plano de seguridade da Companhia e as Contingências Passivas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab em 31 de dezembro de 2016. Portanto, não foi possível concluir

se as outras informações apresentam distorção relevante ou não em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 20 de março de 2017.

L. G. SANTOS - AUDITORES & ASSOCIADOS S/S.
CRC/RS 4.420/O - S - DF.

Luiz Gustavo Oliveira dos Santos
Contador CRC/RS nº 039.777/O-5 - S - DF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou a Demonstração do Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, considerando o conteúdo no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, de 20 de março de 2017, resolve APROVÁ-LAS exceto pelas ressalvas constantes na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" do Relatório dos Auditores Independentes e os relatos nos itens 5 e 6 do Parecer da Auditoria Interna e submetê-las à Assembleia-Geral Ordinária.

Brasília-DF, 23 de março de 2017.

EUMAR ROBERTO NOVACKI
Presidente

FRANCISCO DE ASSIS DA S. LOPES
Conselheiro

FRANCISCO MARCELO R. BEZERRA
Conselheiro

ANTÔNIO SÁVIO LINS MENDES
Conselheiro

RAPHAEL VIANNA DE MENEZES
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, após aprovação do Conselho de Administração da Conab - Conab, constante dos Pareceres, de 23 de março de 2017, com as ressalvas apontadas e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis, de 20 de março de 2017, e no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, de 15 de março de 2017, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Conab, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" do Relatório dos Auditores Independentes e dos relatos nos itens 5 e 6 do Parecer da Auditoria Interna.

Tomou, ainda, conhecimento da proposta de destinação do Lucro Líquido de R\$ 7.683.730,83, relativo ao resultado do exercício de 2016: R\$ 384.186,54 para Reserva Legal; R\$ 1.830.000,00 para Juros sobre o Capital Próprio; e R\$ 5.469.544,29 para Reserva de Retenção de Lucros; bem como do Orçamento de Capital e manifesta-se favoravelmente, conforme dispõe o inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 29 de março de 2017.

ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Presidente do Conselho

LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
Conselheira Titular

CLARITA COSTA MAIA
Conselheira Titular

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017042800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.